RBTCC
e-ISSN: 1982-3541
Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva

ABPMC
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO

PESQUISA ORIGINAL | ARTICLE | ARTÍCULO

Psicoterapia Comportamental Pragmática aplicada ao treinamento de pais.

Pragmatic Behavioral Psychotherapy applied to parent training.

Psicoterapia conductual pragmática aplicada a la orientación parental.

RESUMO: O treinamento de pais é fundamental na psicoterapia de crianças e adolescentes. Cabe aos responsáveis (pais, mães, cuidadores) manipularem as contingências que atuam sobre comportamentos alvo de crianças e adolescentes em terapia, desse modo, estes também podem ser usuários dos serviços de psicoterapia. É comum, em programas de treinamento de pais, o uso de estratégias baseadas em controle instrucional, o que pode propiciar a dependência dos responsáveis em relação ao psicólogo. A Psicoterapia Comportamental Pragmática (PCP) é um modelo de terapia de orientação analítico-comportamental de adultos que se caracteriza por intervenções em que o controle instrucional é evitado. Este artigo descreve uma proposta de aplicação da PCP ao treinamento de pais. Deste modo, contribui para a ampliação do uso da PCP, com a população de pais, e da aplicação da terapia comportamental em grupo. Acredita-se, ainda, que a aplicação futura deste protocolo de intervenção possa favorecer maior autonomia dos responsáveis no desenvolvimento de práticas parentais mais eficazes na criação dos filhos.

Palavras-chave: Treinamento de pais; Psicoterapia Comportamental Pragmática; Controle instrucional; Questionamento reflexivo.

ABSTRACT: Parent training is fundamental in the psychotherapy of children and adolescents. It is up to the people responsible (fathers, mothers, caregivers) to manipulate the contingencies that act on the target behaviors of children and adolescents in therapy, in this way, they can also be users of psychotherapy services. It is common, in parent training programs, to use strategies based on instructional control, which can lead to dependence of the responsible people on the psychologist. Pragmatic Behavioural Psychotherapy (PCP) is a model of therapy with a behaviour-analytic orientation for adults characterized by interventions in which instructional control is avoided. This article describes a proposal to apply PCP to parent training. Thus, it contributes to expanding the use of PCP with the parent population and the application of behavioral therapy in groups. In addition, it is believed that the future application of this intervention protocol can favor greater autonomy of the people responsible for the development of parenting practices that are more effective in the raising of children.

Patricia de Matos Demoly[1]
Alessandra Rocha de Albuquerque[2]
Carlos Augusto de Medeiros[3]

[1, 2] Universidade Católica de Brasília
[3] Centro Universitário de Brasília

Correspondente
* medeiros.c.a@gmail.com

Dados do Artigo

DOI: 10.31505/rbtcc.v26i1.1798
Recebido: 27 de Março de 2023
1º Decisão: 30 de Outubro de 2023
Aprovado: 26 de Agosto de 2024
Publicado: 06 de Setembro de 2024
Editor-Chefe: Dr. Fábio Henrique Baia
Editor Responsável: Dr. Anderson Jonas das Neves

Declaração: Os autores PMD, ARA e CAM declaram não ter nenhum conflito de interesses. Também declaram que não há conflitos de interesses relativos aos editores ou potenciais avaliadores do manuscrito.

Como citar este documento
Demoly, P.M, & Albuquerque, A.R., & Medeiros, C. A.(2024). Psicoterapia Comportamental Pragmática aplicada ao treinamento de pais. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva,* 26, 59-75. https://doi: 10.31505/rbtcc.v26i1.1798

OPEN ACCESS
É permitida a distribuição, remixe, adaptação e criação a partir deste trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Keywords: Parent training; Pragmatic Behavioral Psychotherapy; Instructional control; Reflective questioning.

RESUMEN: La formación de los padres es fundamental en la psicoterapia de niños y adolescentes. Compete a los responsables parentales (padres, madres, cuidadores) manipular las contingencias que actúan sobre las conductas dianas de los niños y adolescentes en terapia, de modo que éstos también puedan ser usuarios de los servicios psicoterapéuticos. Es habitual que los programas de entrenamiento de padres utilicen estrategias basadas en el control instruccional, lo que puede conducir a la dependencia de los responsables parentales a la figura del psicólogo. La Psicoterapia Pragmática Comportamental (PCP) es un modelo de terapia analítico-comportamental para adultos que se caracteriza por intervenciones en las cuales se evita el control instruccional. Este artículo describe una propuesta para aplicar la PCP a la instrucción de los padres. De este modo, se contribuye a ampliar el uso de la PCP con la población parental y la aplicación de la terapia comportamental en grupos. También se considera que la futura aplicación de este protocolo de intervención podrá favorecer una mayor autonomía de los responsables parentales en el desenvolvimiento de prácticas parentales más eficaces en la educación de sus hijos.
Palabras clave: Entrenamiento de padres; Psicoterapia Comportamental Pragmática; Control instruccional; Cuestionamiento reflexivo.

Treinamento de pais é uma demanda recorrente de trabalho do psicólogo (Biasoli-Alves, 2005; Leite et al., 2021). No atendimento de crianças[1] e adolescentes, o treinamento de pais[2] faz parte do tratamento em si, de modo que os pais e os filhos são os usuários do serviço de psicoterapia (Leite et al., 2021). O treinamento, contudo, pode ser realizado também de forma independente da psicoterapia infantil, sendo o contato do terapeuta exclusivo com os pais (Biasoli-Alves, 2005; Bolsoni-Silva, 2007; Bolsoni-Silva & Fogaça, 2018; Bolsoni-Silva et al., 2009; Elias & Bernardes, 2020; Kehoe et al., 2014). Independentemente do modo de aplicação, o treinamento de pais tem como objetivo promover o desenvolvimento saudável das crianças e a melhoria do relacionamento familiar, levando-se em conta as diferenças geracionais (Elias & Bernardes, 2020; Weber et al., 2019). O treinamento de pais parte de queixas, preocupações e dificuldades relatadas pelos pais (Bolsoni-Silva & Fogaça, 2018; Canaan-Oliveira et al., 2002; Elias & Bernardes, 2020).

Ao longo da vida, diferentes estágios do desenvolvimento de crianças pressupõem comportamentos e necessidades próprios. Repertórios variados são também exigidos dos pais ao longo do desenvolvimento dos filhos. Logo, é natural que os pais, muitas vezes, tenham dúvidas sobre como agir (Canaan-Oliveira et al., 2002; Elias & Bernardes, 2020; Fava et al., 2021). Em geral, as pessoas não são formalmente ensinadas a serem pais e, por transmissão intergeracional de práticas educativas parentais, tendem a reproduzir com seus filhos os modos como foram criados (Weber et al., 2019).

Apesar de seus próprios modelos parentais serem fonte legítima de aprendizagem, a sua mera reprodução nem sempre é útil, visto que gerações diferentes estão expostas a práticas culturais diferentes, incluindo práticas parentais consideradas negativas (e.g., Boas & Dessen, 2019; Silva et al., 2021), o que exige de pais do presente comportamentos diferentes daqueles de pais do passado (Canaan-Oliveira et al., 2002; Weber et al., 2019). Deste modo, pais continuam aprendendo a serem pais por meio da interação direta com os filhos, na qual os comportamentos de ambos se afetam mutuamente. Nesse processo, a aprendizagem de novos comportamentos e o estabelecimento de novas práticas parentais ocorrem (Bolsoni-Silva & Fogaça, 2018). Todavia, para muitas famílias, esse processo natural de aprendizagem nem sempre é suficiente e a orientação profissional de pais se faz necessária (Elias & Bernardes, 2020).

Para Gomide (2014), ainda que muitos pais apliquem práticas que contribuam para o desenvolvimento saudável de seus filhos (i.e., práticas parentais positivas), é comum pais exercerem práticas parentais com potencial de gerar oposição, agressividade, baixa autoestima e falta de

[1] No presente trabalho, será o utilizado o termo "crianças ou filhos" para se referir tanto a crianças como adolescentes.
[2] No presente trabalho, será utilizado o termo "pais" para se referir a mães, pais e demais cuidadores.

empatia (i.e., práticas parentais negativas). Portanto, quanto maior o repertório de análise e manejo dos pais em relação aos comportamentos de seus filhos, menor será a probabilidade de prejuízos ao seu desenvolvimento. Assim, o treinamento de pais pode aumentar a probabilidade de mudança de práticas parentais negativas para positivas, como o estabelecimento de regras e limites, a comunicação assertiva e a demonstração de afeto (Bolsoni-Silva & Fogaça, 2018; Elias & Bernardes, 2020).

Em uma meta-análise sobre treinamento de pais envolvendo estudos experimentais de amostras randomizadas publicados entre 2008 e 2015, Piquero et al. (2016) identificaram três programas de treinamento de pais mais reconhecidos pela literatura, são eles: Incredible Years Parenting Program – IY (Webster-Stratton, 2000; 2001), Positive Parenting Program – Triple P (Sanders, 1999) e Parent–Child Interaction Therapy – PCIT (Eyberg, 1988). Foram incluídos nessa meta-análise estudos cujas crianças de aproximadamente cinco anos apresentavam problemas de conduta, delinquência e comportamento antissocial.

A análise de revisões da literatura mais recentes sobre treinamento de pais (Baumann et al., 2015; Guisso et al., 2019; Quevedo et al., 2019; Santini & Williams; 2016; Schmidt et al., 2016) evidenciou esses três programas (IY, Triple P e PCIT) como os mais comuns. O IY foi investigado em seis ensaios clínicos randomizados, o PCIT em cinco e o Triple-P em dois. Outros programas foram investigados, contudo, em estudos isolados, sem replicações. De acordo com Baumann et al. (2015), o IY, o Triple-P e o PCIT, conjuntamente com o Parent Management Training-Oregon Model – PMTO (Forgatch, 1994) são os quatro programas internacionais com maior suporte empírico de eficácia segundo o California Evidence-Based Clearinghouse for Child Welfare. O conjunto dessas revisões de literatura, portanto, aponta para a relevância desses quatro programas na área de treinamento de pais.

O IY possui intervenções para pais, professores e crianças e ensina estratégias parentais por meio de vídeos, encenações, discussões em grupo e atividades para praticarem em casa (Reedtz et al., 2019). O Triple P é um programa em cinco etapas que pode ser utilizado para treinamento de pais de crianças e adolescentes típicos e atípicos. Pode ser aplicado em sessões individuais ou em grupo, por telefonema ou por meio da leitura de materiais instrucionais (Doyle et al., 2018). O PCIT, em um primeiro momento, visa fortalecer a relação entre pais e filhos com uso de reforçamento diferencial, por exemplo, e, em seguida, ensina aos pais como disciplinar os filhos, além de refletir sobre o uso de castigos para controle de comportamentos. Para tal, utilizam coaching, treinamento e feedback (Comer et al., 2017). Por fim, o PMTO enfoca o trabalho com os pais para que facilitem a mudança de comportamento dos filhos (Parra-Cardona et al., 2019). Para tal, utilizam de dramatizações que possibilitem a aprendizagem de novas práticas parentais; além do exercício de imaginação ativa e debates para compartilhamento de estratégias (Parra-Cardona, 2019). Os quatro programas são reconhecidos por se configurarem em intervenções baseadas em evidências.

Quanto à produção nacional, destacam-se seis estudos empíricos que reportam programas de treinamento de pais (Coelho & Murta, 2007; Lima & Cardoso, 2018; Mesquita et al., 2016; Oliveira et al., 2021; Pinheiro et al., 2006; Serra-Pinheiro et al., 2005). Cada um desses estudos descreve um procedimento diferente. O conjunto de evidências que suporta a eficácia dos programas brasileiros de treinamento de pais, ao contrário dos internacionais, ainda é escasso (Doyle et al., 2018). De acordo com a revisão de literatura sobre o tema realizada por Bochi et al. (2016), dos 27 artigos encontrados, apenas dois tratavam de programas nacionais.

O uso de procedimentos baseados em controle instrucional como forma de modificar práticas parentais é um elemento frequente nos procedimentos de programas internacionais e nacionais (e.g., Coelho & Murta, 2007; Leung et al., 2016/2017; Lima & Cardoso, 2018; Tully & Hunt, 2017), ainda que estratégias alternativas sejam descritas na literatura (e.g., Webster-Stratton, 1994). Schmidt et al. (2016), por meio de uma revisão integrativa, identificaram como técnicas mais utilizadas no treinamento de pais o aconselhamento, oferta de instruções e treinamento instrucional. Outros autores também citam que muitos dos procedimentos de treinamento de pais se baseiam em conselhos e orientações a respeito do que os pais devem fazer em cada situação com os filhos (Guisso et al., 2019; Wyatt-Kaminski et al., 2008). Muito do que é descrito nos programas citados (e.g., Coelho

& Murta, 2007; Comer et al., 2017; Doyle et al., 2018; Lima & Cardoso, 2018; Reedtz et al., 2019) compreende informar e discutir com os pais determinados temas.

A despeito da eficácia reportada no estabelecimento de práticas parentais positivas, principalmente, pelos programas internacionais, o desenvolvimento de um repertório generalizado de análise e enfrentamento de situações problema pode ser desejável e o uso de controle instrucional pode ser limitante nesse sentido (Medeiros, 2010). Portanto, talvez seja possível que os mesmos objetivos de tais programas sejam atingidos e, paralelamente, se obtenha mais independência e autonomia dos pais com o uso de procedimentos que minimizem a emissão de instruções, orientações e conselhos por parte dos terapeutas.

A substituição de procedimentos baseados em orientações, conselhos e instruções por procedimentos que criem condições para que os usuários dos serviços de terapia analisem situações problema e desenvolvam estratégias para solucioná-las por si mesmos podem estabelecer repertórios importantes no enfrentamento de novas situações (Medeiros, 2010; 2020a; 2020b; 2021). Para Biasoli-Alves (2005), no treinamento de pais, o profissional tem um dever ético de transmitir conhecimentos acadêmicos, levando as famílias a um empoderamento sem, contudo, descrever como fazê-lo. Biasoli-Alves (2005) apenas relata que o profissional deve ser solicitado quando realmente necessário e enfatiza o papel autônomo dos pais em relação às práticas parentais.

De uma perspectiva analítico-comportamental, o aconselhamento ou orientação podem ser compreendidos como emissões de regras (Skinner, 1969). Deste modo, novos comportamentos dos pais podem ser denominados comportamentos controlados por regras, estas definidas como estímulos discriminativos verbais que descrevem contingências (Baum, 2017/2018). Ensinar por regras se mostra extremamente útil na medida em que pessoas aprendem comportamentos de forma mais rápida em comparação a outras formas de aprendizagem, como a modelagem, por exemplo (Catania, 1998/1999; Skinner, 1974). Mas o comportamento governado por regras é menos sensível às contingências, de modo que tende a se manter inalterado mesmo após as mudanças nas contingências, em comparação ao comportamento modelado (Baum, 2017/2018; Catania, 1998/1999).

O presente artigo se propõe a apresentar e discutir teoricamente a possibilidade de aplicação de uma proposta de ensino de práticas parentais em grupo, baseada na Psicoterapia Comportamental Pragmática – PCP (Medeiros & Medeiros, 2011/2012). Essa proposta tem sido aplicada no atendimento individual de adultos (e.g., Medeiros, 2018; 2020a) e busca promover a emissão de autorregras pelo cliente sem a emissão de regras pelo terapeuta, propiciando, assim, maior autonomia e independência dos clientes.

Neste sentido o presente estudo contribui para a ampliação do uso da PCP com a população de pais e da terapia comportamental, de forma mais ampla, em grupo. Acredita-se que a aplicação deste modelo de intervenção com pais possa, de modo semelhante ao que vem sendo evidenciado no atendimento individual de adultos (e.g., Medeiros, 2018; 2020a), promover repertório de autorregras nos pais e maior autonomia para lidar com com novos desafios impostos pela criação dos filhos.

A seguir, serão apresentadas as principais características, conceitos e procedimentos da PCP. Na sequência, será apresentado um caso hipotético de treinamento de pais com a aplicação dos procedimentos da PCP.

Psicoterapia Comportamental Pragmática - PCP

A PCP é baseada no Behaviorismo Radical (Medeiros, 2020a; 2021; Medeiros & Medeiros, 2011/2012). Para o Behaviorista Radical, os comportamentos são interações entre o organismo e o ambiente, sendo determinados por eventos ambientais (Lopes, 2008; Skinner, 1953; 1957; Todorov, 2012). Os comportamentos produzem consequências no meio e são influenciados por elas (Skinner, 1957). Nesse sentido, o comportamento de uma pessoa pode controlar um comportamento de outra pessoa (Baum, 2017/2018), ou seja, comportamentos do terapeuta podem controlar comportamentos do indivíduo que está em psicoterapia e vice e versa (Ferster, 1972; Kohlenberg & Tsai, 1991).

A PCP utiliza intervenções clínicas que se diferem de outros modelos clínicos analítico-comporta-

mentais cuja emissão de regras no formato de interpretações, conselhos e orientações é uma prática comum (Donadone & Meyer, 2005; 2017; Meyer & Donadone, 2002; Falcão, 2011; Medeiros & Medeiros, 2011/2012). Na PCP, o indivíduo em processo psicoterapêutico não é chamado de cliente ou de paciente, mas sim, de terapeutizando (Medeiros, 2020a; 2021). Tal diferença tem, entre outras metas, conferir ao usuário dos serviços de psicoterapia um protagonismo, na medida em que cabe a ele desenvolver o autoconhecimento e operar sobre as contingências controladoras de seus comportamentos (Medeiros, 2020a; 2021; Medeiros & Medeiros, 2011/2012). O termo terapeutizando guarda uma relação etimológica com os sufixos das palavras, orientando e supervisionando, as quais sugerem a autoria de seus processos aos orientandos e supervisionandos e não aos orientadores e supervisores. Espera-se, portanto, que essa relação se transfira para os papeis de terapeuta e terapeutizando, uma vez que cabe ao terapeutizando analisar e operar sobre as contingências em si, e não ao terapeuta.

Outra premissa behaviorista radical importante para a PCP é a de que todo comportamento tem uma função adaptativa (Skinner, 1981/2007). Mesmo aqueles comportamentos cuja intervenção psicoterapêutica vise a diminuição da frequência (Medeiros & Medeiros, 2011/2012). Vale ressaltar que, coerente a essas ideias, a PCP não possui intervenções padronizadas para todos os terapeutizandos. Como as demais vertentes que se denominam analítico-comportamentais, as intervenções, em PCP, sempre são baseadas em uma análise funcional única de cada caso (Medeiros, 2018; Medeiros & Medeiros, 2011/2012; Vandenberghe, 2002).

A noção de comportamento como forma de adaptação ao meio também justifica o uso da audiência não-punitiva, conforme defendido por Medeiros e Medeiros (2011/2012). Os objetivos disso são claros: fortalecer vínculo terapêutico (pontualidade, assiduidade e engajamento do terapeutizando nas sessões de psicoterapia) e evitar possíveis distorções de relatos e de emissão de respostas de justificativas (Medeiros, 2002a; Medeiros, 2002b; Medeiros & Medeiros, 2018; Souza, 2021). A audiência não punitiva é apontada por Skinner (1953) como um elemento fundamental das psicoterapias de modo geral e se constitui característica de diferentes modelos de terapia analítico-comportamental. A audiência punitiva pode reduzir as alternativas de respostas do terapeutizandos, o que, de acordo com Baum (2017/2018) e Skinner (1971/1983), reduzem a sua liberdade.

Na PCP, o terapeuta não ensina ou diz o que o terapeutizando deve ou não fazer, nem explica a ele porque ele se comporta de determinada forma. O papel do psicoterapeuta pragmático é o de propiciar mudanças de comportamentos dos terapeutizandos, fazendo com que eles mesmos cheguem às conclusões sobre seus comportamentos; conclusões estas baseadas em análises funcionais individuais (Medeiros, 2020b; Medeiros & Medeiros, 2011/2012). Para os psicoterapeutas pragmáticos, o foco é atingir os objetivos terapêuticos, os quais são os principais critérios na decisão acerca de quais procedimentos serão aplicados (Medeiros & Medeiros, 2011/2012).

Em concordância com a Psicoterapia Analítico Funcional – FAP (Kohlenberg & Tsai, 1991), a PCP ressalta a importância da relação terapêutica, tanto como instrumento de intervenção clínica, quanto como uma oportunidade de acesso a comportamentos públicos emitidos pelo terapeutizando na presença do psicoterapeuta (Medeiros, 2012; Medeiros & Medeiros, 2011/2012). O terapeutizando provavelmente se comporta na presença do psicoterapeuta de forma similar à como se comporta em suas outras relações (Ferster, 1972; Kohlenberg & Tsai, 1991; Medeiros, 2012). Além disso, os comportamentos emitidos em sessão podem se generalizar para outros contextos.

Com a coleta de dados são determinados os comportamentos alvo, sejam os a fortalecer, cuja meta é o aumento na frequência; sejam os a enfraquecer, cuja meta é a diminuição da sua frequência (Medeiros, 2012; Medeiros, 2020a; Medeiros & Medeiros, 2011/2012). Os comportamentos alvo podem ser emitidos durante a sessão na presença do psicoterapeuta ou podem ser relatados. Quando relatados,

o psicoterapeuta tem acesso apenas ao relato desses comportamentos, de modo que não é possível verificar suas ocorrências por observação direta (Medeiros, 2012; Medeiros & Medeiros, 2018).

Medeiros (2012), como também sugerido por Ferster (1972) e Kohlenberg e Tsai (1991), defende que o terapeuta deve estar atento à função dos comportamentos alvo dos terapeutizandos emitidos na sessão. Cabe ao psicoterapeuta se perguntar "O que o terapeutizando quis causar em mim ao me dizer isso?" e "Que efeito esse comportamento produz nas pessoas com as quais o terapeutizando se relaciona?". Perguntas como essas ajudam o psicoterapeuta a identificar a função dos comportamentos alvo emitidos.

Para reforçar os comportamentos do terapeutizando, é priorizado o uso de reforçamento natural em detrimento de reforçamento arbitrário, já que o objetivo é que o terapeutizando sinta-se mais livre, com menor sensação de poder sobre seus comportamentos por parte do psicoterapeuta (Medeiros 2020a; Medeiros & Medeiros, 2011/2012). Além disso, o uso do reforçamento natural objetiva evitar possíveis distorções de relato por parte do terapeutizando, que poderia ter seus comportamentos controlados por consequências arbitrárias, e não pelos estímulos antecedentes aos quais supostamente o relato se referiria (Medeiros, 2012a; Medeiros & Medeiros, 2018). Por exemplo, um terapeutizando poderia dizer que cumpriu a dieta alimentar, estando o seu comportamento verbal sob controle do reforçador arbitrário emitido pelo psicoterapeuta (e.g., "Parabéns por ter cumprido a dieta. Que bom que colocou em prática o que conversamos."). Nesse exemplo, um psicoterapeuta pragmático interviria por meio de perguntas, tais como: "Como você se sentiu ao ver que o peso diminuiu?"; "Como foi para você sentir-se mais disposto essa semana?"; e "Como foi perceber que você conseguiu cumprir um de seus objetivos?". Tais perguntas teriam as seguintes funções: reforçar o comportamento de relatar sobre esse comportamento alvo a fortalecer e levar o terapeutizando a relatar sobre os reforçadores produzidos/acessados ao emitir o comportamento alvo a fortalecer. O objetivo final esperado é que o aumento do controle discriminativo dos reforçadores produzidos pela emissão do comportamento alvo a fortalecer sobre a resposta verbal do terapeutizando aumente o seu efeito sobre o comportamento relatado em si.

O reforçamento diferencial também funciona como alternativa ao uso do controle aversivo como base de procedimentos psicoterapêuticos. Segundo Medeiros (2012), o reforçamento diferencial de relatos emitidos pelo terapeutizando é um procedimento em que o psicoterapeuta vai diferenciar certas classes de respostas de outras, em que, uma delas será reforçada (a classe de comportamentos alvo a fortalecer) e a outra será colocada em extinção, ou será reforçada em menor magnitude e menor frequência (a classe de comportamentos alvo a enfraquecer).

Repetir uma palavra ou uma parte da fala do terapeutizando (i.e., ecoar[3], Skinner, 1957) é uma estratégia da PCP cuja meta é gerar reflexões acerca de temáticas relevantes para a psicoterapia, de modo a contribuir para se atingir os objetivos terapêuticos. A resposta ecoica do psicoterapeuta oferece a oportunidade de o terapeutizando escutar o que falou, falar mais sobre o que foi ecoado ou manter-se na sua narrativa. Como alternativa às interrupções do psicoterapeuta, as respostas ecoicas, em consonância com o que preconiza a PCP, aumentam a liberdade do terapeutizando (Medeiros, 2020a).

Embora de modo distinto, na PCP, assim como ocorre na Terapia de Aceitação e Compromisso – ACT (Zettle, 2005), também utilizam-se metáforas como forma de intervenção. Na PCP, as metáforas podem ser apresentadas pelos próprios terapeutizandos ou elaboradas pelo psicoterapeuta (Medeiros,

[3] Skinner (1957) define comportamento ecóico ou o "ecoar" como um operante verbal cuja resposta vocal tem topografia controlada por um estímulo verbal vocal em que há correspondência ponto a ponto entre estímulo e resposta verbais.

2002a; 2002b; Medeiros & Medeiros, 2011/2012). O uso de metáforas, na PCP, tem a função de prover estimulação suplementar (Skinner, 1957) para propiciar que os terapeutizandos cheguem às conclusões relacionadas às análises funcionais dos seus comportamentos.

O questionamento reflexivo se constitui no principal procedimento da PCP como alternativa à emissão de regras por parte do psicoterapeuta (Medeiros & Medeiros, 2011/2012). De acordo com Medeiros (2020b), o questionamento reflexivo consiste em uma série de perguntas abertas e encadeadas, de acordo com a fala do terapeutizando, com o objetivo de que ele chegue a conclusões importantes. As perguntas abertas seriam aquelas que não delimitam as possibilidades de respostas por parte do terapeutizando (Medeiros & Demoly, 2019). Geralmente, começam com "quando", "onde", como" etc. Diferenciam-se de perguntas fechadas que geralmente começam com "você", por exemplo, "Você bateu no seu filho?", em que o indivíduo geralmente responde "sim" ou "não" (Medeiros & Demoly, 2019). Exemplos de questionamento reflexivo são apresentados em Medeiros (2018; 2020b).

Outro procedimento utilizado na PCP consiste na atribuição de tarefas de casa ao terapeutizando (Medeiros & Medeiros, 2011/2012). Estas têm função de coleta de dados e criam condições para que os terapeutizandos observem os próprios comportamentos ou de outras pessoas (em termos de frequência, onde ocorrem, na presença de quem, quais consequências produzem etc.). As tarefas de casa não são padronizadas e, assim como todas as intervenções em PCP, são baseados nas análises funcionais individuais de cada terapeutizando. No caso do treinamento de pais, as tarefas de casa também podem ser utilizadas para aumentar a probabilidade de os pais aplicarem o que concluíram na sessão em atitudes concretas ao longo da semana. Nessas ocasiões, os pais são solicitados a descreverem, por si mesmos, como poderiam aplicá-las em termos práticos e objetivos.

Por fim, um aspecto central da PCP é a ênfase dada aos determinantes culturais do comportamento (Medeiros, 2021; Medeiros & Medeiros, 2011/2012). Skinner (1981/2007) descreve três conjuntos de determinantes do comportamento e destaca, dentre estes, os determinantes culturais (i.e., regras, modelos, estímulos reforçadores e punitivos condicionados generalizados), ou seja, como os comportamentos de outras pessoas afetam o comportamento do indivíduo. De acordo com a PCP, a maior parte dos comportamentos alvo são multideterminados, havendo um conflito entre determinantes culturais e consequências de cunho prático e individual. Diversos pais, por exemplo, provêm luxos aos seus filhos, de modo não contingente, sob o controle de serem vistos como bons pais pelas outras pessoas (i.e., reforçadores condicionados generalizados) e, para fazê-lo, sacrificam-se pessoalmente. Um exemplo é o da mãe que compra um celular caro para a filha adolescente abrindo mão de comprar outras coisas para si mesma. O custo pessoal dessa prática para os pais é alto e, possivelmente, trará sequelas comportamentais aos filhos, como a baixa resistência à frustração, por exemplo.

Em resumo, a PCP é um modelo de intervenção clínica desenvolvido, incialmente, para o atendimento de adultos, com foco no comportamento verbal, visando análises e intervenções pragmáticas, com objetivo de estabelecer comportamentos que produzam mais reforçadores, tanto em curto quanto em longo prazo. As falas do psicoterapeuta, em sua maioria, se restringem a perguntas abertas, e as falas do terapeutizando ocupam a maior parte do tempo da sessão. A PCP utiliza a relação terapêutica como uma forma de intervenção. Sua principal característica é a utilização de procedimentos que evoquem a emissão de novas autorregras pelo terapeutizando, em detrimento das emitidas pelo psicoterapeuta. Por fim, enfatiza a importância de análises funcionais individuais dos comportamentos alvo que leva em consideração os determinantes culturais do comportamento. Por mais que partilhe elementos com outros modelos de terapia analítico-comportamental, a PCP se distingue pela aplicação de procedimentos que visem maior autonomia e independência dos terapeutizandos.

Evidências Empíricas de elementos da PCP

Alguns elementos característicos da PCP vêm sendo investigados empiricamente, tanto em pesquisas básicas (Demoly, 2018; Lettieri, 2017; Medeiros & Demoly, 2019; Souza et al., 2014), como em pesquisas clínicas (Medeiros, 2018; Silva & Medeiros, 2019; Sousa et al., 2011/2012). Uma dessas pesquisas é a de Souza et al. (2014), que investigou, com crianças e adultos, por meio de um jogo de cartas, em qual de duas condições os participantes emitiriam mais relatos distorcidos dos elementos das cartas. As duas condições manipuladas foram: 1. A emissão de perguntas abertas; e 2. A emissão de perguntas fechadas como forma de solicitação dos relatos. Foram observados mais relatos distorcidos pelos adultos, que o fizeram, predominantemente, na condição de perguntas fechadas. Os estudos de Demoly (2018) e Medeiros e Demoly (2019) também evidenciaram a correlação entre perguntas fechadas e a maior incidência de relatos distorcidos. Tais resultados fortalecem o uso de perguntas abertas em detrimento das fechadas nos atendimentos baseados na PCP, já que a acurácia dos relatos do terapeutizandos é fundamental para o sucesso da psicoterapia (Medeiros & Medeiros, 2018). É necessário, porém, fazer a ressalva de que os resultados de Demoly (2018) e Medeiros e Demoly (2019) são de pesquisa básica e a transposição para o contexto aplicado deve ser feita com cautela.

O estudo de Lettieri (2017) investigou, também em uma situação de jogo de cartas, só que contra o computador, o efeito do questionamento reflexivo sobre a descrição dos participantes das contingências experimentais programadas e, consequentemente, sobre o modo como os participantes passaram a jogar o jogo de cartas. O estudo evidenciou que a maioria dos participantes emitiu novas autorregras com relação ao jogo por meio do questionamento reflexivo, ou seja, esse procedimento foi eficaz no estabelecimento de controle discriminativo das contingências programadas sobre as respostas verbais dos participantes (i.e., a melhor estratégia de vencer o jogo). Foi observado também que os participantes que descreveram acuradamente a contingência, após o questionamento reflexivo, passaram a se comportar de modo coincidente à descrição em si.

Já os estudos de Sousa et al. (2011/2012), Silva e Medeiros (2019) e Souza (2021) demonstraram, no contexto aplicado, a eficácia do questionamento reflexivo na modificação de regras e de justificativas de terapeutizandos em uma clínica escola. Os estudos de Sousa et al. (2011/2012) e Silva e Medeiros (2019) reportaram que os participantes relataram seguir, em seu ambiente natural, as autorregras geradas por questionamento reflexivo com uma frequência maior do que as regras emitidas pelo psicoterapeuta. Enquanto que o estudo de Souza (2021) reportou que os participantes modificaram as justificativas inacuradas que emitiam em psicoterapia após a aplicação do questionamento reflexivo, apresentando, assim, maior autoconhecimento.

Aplicação da PCP no Treinamento de pais

Assim como os demais programas de treinamento de pais apresentados (i.e., IY, Triple P, PCIT e PMTO), a PCP poderá contribuir para que os pais utilizem práticas parentais mais eficazes no controle do comportamento das crianças. Diante da descrição da PCP e das evidências já coletadas, considera-se a possibilidade do uso de perguntas abertas e do questionamento reflexivo no contexto de treinamento de pais no lugar de estratégias que se baseiam em controle instrucional (e.g., conselhos, sugestões, orientações diretas). A aplicação da PCP no treinamento de pais pretende fazer com que os pais identifiquem o efeito de seus comportamentos sobre comportamentos dos filhos, criando condições para que, por meio da mediação do terapeuta, desenvolvam práticas parentais positivas.

O uso da PCP no treinamento de pais, portanto, se baseia no estabelecimento de práticas parentais positivas por meio de questionamento reflexivo (e.g., Medeiros 2020b), reforçamento diferencial (e.g., Medeiros 2012; Medeiros & Medeiros, 2018), uso de ecóico, metáforas (e.g., Medeiros, 2002a; 2002b; Medeiros & Medeiros 2011/2012) e tarefas de casa (e.g., Medeiros & Medeiros, 2011/2012). Essas estratégias são usadas em detri-

mento da emissão de regras pelo psicoterapeuta. As falas do psicoterapeuta, atuando em treinamento de pais, são, em sua maioria, perguntas abertas. Não são emitidas, pelo psicoterapeuta, afirmações sobre como os pais devem proceder na educação dos filhos.

Estudo de Caso

A fim de ilustrar a proposta de uso da PCP no treinamento de pais será apresentado um caso fictício construído a partir de demandas comuns encontradas pela primeira autora na sua atuação como psicoterapeuta em treinamento de pais. Os nomes utilizados, no caso, assim como os dados específicos, são fictícios.

Lia é casada com Joaquim há 16 anos e é mãe de dois filhos, Mel, que tem cinco anos, e Afonso, com 15 anos. Lia marcou uma sessão de treinamento de pais com o psicólogo Rodrigo. Na sessão, ela relatou a seguinte história:

"Nossas crianças têm nos tirado o sono, cada um à sua maneira. Mel é muito esperta, inteligente, mas não sabe ouvir não. Eu não sei mais o que fazer com ela. É muito danada! Muito desobediente, grosseira, me xinga e às vezes até me bate. Não sei onde ela aprendeu isso. O pai ela respeita. Quando ele dá um grito, ela chega fica miúda. Sempre faz o que ele manda. Já Afonso, depende de mim para tudo, não sabe nem esquentar a própria comida. Reclama quando a roupa que ele quer usar está suja e grita comigo dizendo que a faxineira não lavou. Ele sai muito com os amigos e passa o final de semana quase todo fora. Não tem limites. Estoura o cartão de crédito que dei para ele, depois fica me pedindo dinheiro. Eu sempre dei tudo para essas crianças. Sempre fiz de tudo por elas. Eu só queria que elas fossem mais amorosas comigo, sabe? Que me ouvissem e que me obedecessem. Eu já estou cansada e não sei mais o que fazer."

Partindo do pressuposto de que o psicoterapeuta em treinamento de pais está conduzindo a sessão com Lia, mesmo não se configurando um atendimento psicoterapêutico em si, será realizada uma extensão dos termos "psicoterapeuta – P" para Rodrigo e "terapeutizanda – T" para Lia, já que a mãe estará passando por um processo de aprendizagem de novos comportamentos em contexto clínico.

Etapa inicial: formação de vínculo e coleta de dados

Inicialmente, Rodrigo, ao trabalhar com treinamento de pais, vai escutar os relatos de Lia de forma não punitiva (que se estenderá para todo o processo), provendo reforçamento de comportamento de ouvinte (balança a cabeça, faz "uhum", emite relatos como "entendo", pergunta sobre o que Lia está falando e olha nos seus olhos), escuta sem interromper seu relato e faz perguntas abertas na busca de informações mais detalhadas. Esta conduta inicial tem por objetivo o estabelecimento de vínculo e a coleta de dados essenciais à formulação de análises funcionais e ao planejamento das intervenções.

Segue um possível diálogo entre o psicoterapeuta e Lia:

P.: "Qual é a reação da Mel quando você diz 'não' para ela?"

T.: "Ah. A Mel, sempre que contrariada, me xinga, grita comigo e reclama. Eu não posso negar nada para ela que isso acontece. Ela é bem difícil!"

P.: "Geralmente, quem está presente quando isso acontece?"

T.: "Ah. Quando estou sozinha com ela ou quando o pai e o irmão estão perto. Esses dias até quando estávamos na rua. Eu morri de vergonha da birra que ela deu na Ri Happy (loja de brinquedos) quando eu disse que não ia comprar o brinquedo que ela queria."

P.: "Imagino. O que geralmente acontece depois que ela grita com você ou te xinga?"

T.: "Em casa, eu dou uns tapas nela. Mas, na rua, como não posso fazer isso, eu brigo e falo para ela parar. Só que não adianta, ela se joga no chão e faz o maior escândalo. Nesse dia da Ri Happy, eu acabei dando o brinquedo que ela queria só para ela parar de me fazer passar vergonha. Quando ela ganhou o brinquedo, ficou toda feliz. Um amor comigo. Mas, quando chegou em casa, ela ficou de castigo por uma semana sem o celular que ela ama."

P.: "Em que outros momentos Mel demonstra afeto por você?"

T.: "Hum... que eu me lembre agora, nenhum!"

Análises funcionais de comportamentos alvo

O comportamento analisado na Tabela 1 é o de fazer birra (xingar, gritar, bater).

Tabela 1

Análise Funcional do Comportamento de Mel de Fazer Birra

Antecedentes	Resposta	Consequências
Negação de Lia Presença de Lia Em casa, no shopping	Fazer birra	Curto Prazo: Repreensão da mãe (Sp+) Atenção das pessoas (Sr+) Acesso ao brinquedo (Sr+) Longo Prazo: Distância da mãe (Sp-) Problemas de relacionamento (Sp+)

Nota. Sp+ refere-se a estímulo punitivo positivo; Sp- refere-se a estímulo punitivo negativo; Sr+ refere-se a estímulo reforçador positivo e Sr- refere-se a estímulo reforçador negativo.

É possível perceber que esse comportamento de Mel tem, predominantemente, consequências reforçadoras em curto prazo, mas consequências punitivas em longo prazo. É importante esclarecer que as consequências elencadas são consideradas reforçadoras já que as respostas analisadas ocorrem com alta frequência. Consequências próximas ao comportamento tendem a ser mais eficazes para o controle da sua probabilidade de ocorrência em comparação às consequências atrasadas (Catania, 1998/1999). Assim, apesar da identificação de consequências aversivas em longo prazo, estas aparentemente afetam menos a probabilidade de ocorrência do comportamento. Esse é um dos critérios para classificar o comportamento de fazer birra como um comportamento alvo a enfraquecer (Medeiros & Medeiros 2011/2012). Na Tabela 2, é apresentada a análise funcional do comportamento de Lia comprar o brinquedo para a filha.

Tabela 2

Análise Funcional do Comportamento de Lia Comprar o Brinquedo

Antecedentes	Resposta	Consequências
Loja de brinquedos Pessoas olhando Birra de Mel	Comprar o brinquedo	Curto Prazo: Interrupção da birra (Sr-) Sorriso de Mel (Sr+) Afeto de Mel (Sr+) Pessoas param de olhar (Sr-) Dinheiro gasto (Sp-) Longo Prazo: Birras de maior magnitude de Mel (Sp+) Orçamento comprometido (Sp-) Relação desrespeitosa (Sp-)

De modo semelhante ao comportamento da filha, o comportamento de Lia de comprar o brinquedo após a birra é um comportamento alvo a enfraquecer. Em curto prazo, esse comportamento produz a interrupção da birra, do olhar das outras pessoas e as demonstrações de afeto de Mel, o que, segundo Lia, só ocorrem nesses momentos. Em longo prazo, porém, é provável que o comportamento de birra de Mel se intensifique. As intervenções serão no sentido de fazer com que Lia descreva essas análises por si mesma. A partir disso, o psicoterapeuta irá intervir para que Lia aprenda novos comportamentos, como ter mais momentos de carinho e afeto com a filha quando ela não estiver fazendo birra ou sendo agressiva (comportamento de Lia a fortalecer). Também será trabalhado para que Lia pare de ceder aos pedidos da filha após as birras.

Outro exemplo de comportamento alvo a enfraquecer é o de dar castigos longos (uma semana sem acesso ao celular). Provavelmente, o castigo administrado por Lia não foi eficaz no controle do comportamento da criança, uma vez que este continua a

acontecer, e ainda eliciou respostas emocionais em Lia. Sem contar o fato de que os pais dificilmente conseguem monitorar o cumprimento de castigos desse tipo, o que favoreceria a emissão de respostas de contracontrole (Catania, 1998/1999; Ferster et al., 1968/1978).

No caso de Lia e de seus filhos, um exemplo de comportamento alvo a fortalecer é fazer com que Lia cumpra sua palavra com a filha, ou seja, quando falar "não", que este não se torne um "sim" após um comportamento a enfraquecer da criança ser emitido (birra). De acordo com Gomide (2017), isso faz com que os pais percam autoridade com as crianças e que a palavra deles passe a não ser respeitada.

Tarefa de casa

Rodrigo poderia pedir para Lia registrar a reação das pessoas (e.g., parentes e amigos) quando Mel é agressiva. Essa pode ser uma forma de Lia identificar os estímulos reforçadores que mantêm os comportamentos a enfraquecer de Mel. Ela pode observar que Mel geralmente consegue o que quer após emitir comportamentos agressivos. Outra possibilidade seria Rodrigo pedir um registro escrito de quais conclusões ela chegou na sessão e como ela poderia aplicá-las em atitudes concretas ao longo da semana.

Ecoar a fala dos pais

Uma possível intervenção, nesse caso, é Rodrigo repetir a palavra "crianças", em algum momento que Lia emitir esse relato. Na verdade, Lia não tem duas crianças como filhos. Lia tem uma criança e um adolescente. Nos relatos dessa mãe, Afonso é visto como uma criança e não um adolescente. Com a repetição dessa palavra, Lia pode elaborar mais esse tema ou continuar sua fala normalmente. Caso ela elabore mais esse tema, Rodrigo pode ter espaço para refletir com ela quais são as implicações de chamar Afonso de criança. Adolescentes, teoricamente, já têm mais responsabilidades do que crianças, e podem controlar a lavagem de suas roupas, por exemplo.

Questionamento reflexivo aplicado ao treinamento de pais

Rodrigo pode fazer um questionamento reflexivo sobre a agressividade de Mel, mais especificamente sobre a frase de Lia "Eu não sei onde ela aprendeu isso", referindo-se à agressividade. Segue uma possível intervenção:

P.: "Lia, com que frequência sua filha é agressiva com você?"
T.: "Ah, sempre. Ela grita comigo, me xinga, falta me bater."
P.: "Como você lida com isso?"
T.: "Ah, eu fico bem triste e com raiva. Às vezes quero dar uma surra nela, mas nunca sei o que fazer."
P.: "Quem mais fala assim com você, Lia?"
T.: "Ninguém fala assim comigo."
P.: [Terapeuta faz silêncio]
T.: "Bem. Desse jeito que ela me trata, não. Mas pensando bem, tem o Joaquim. Nossa! Nos dias que ele vem estressado do trabalho, sempre sobra para mim! É cada patada!"
P.: "Com que frequência a Mel vê isso acontecer, Lia?"
T.: "Muitas vezes. Muito mais do que eu gostaria."
P.: "A que conclusão a gente chega sobre a forma como a Mel e o Joaquim te tratam?"
T.: "Nossa, os dois são muito agressivos comigo. Me tratam muito mal."
P.: "O que esse ponto em comum entre o comportamento dos dois pode significar, Lia?"
T.: "Que a Mel repete os comportamentos do pai. Como eu nunca tinha percebido isso. Ela está aprendendo com ele. Acho que ninguém me respeita nessa casa."
P.: "Como foi chegar a essa conclusão, Lia?"
T.: "Difícil! Doído! Me dá vontade de sumir!"
P.: "Sumir?"
T.: "É. Sumir. Tipo a avestruz, sabe? Mas não posso apenas sumir. Só sei que não dá para continuar assim."
P.: "O que você pensa em fazer com essa conclusão?"
T.: "Acho que posso conversar com o Joaquim, explicar isso tudo para ele. Vai ser bom para mim e para a Mel. Quem sabe posso pedir a ajuda dele."

Dessa forma, o terapeuta criou condições, por meio do questionamento reflexivo, para que Lia chegasse a uma conclusão psicoterapêutica importante: que Mel repete o comportamento agressivo do pai. Com isso, Rodrigo teve a oportunidade de criar condições para que essa mãe decidisse como proceder diante dessa situação.

Reforçamento Diferencial

Uma forma de modificar os relatos queixosos de Lia acerca dos comportamentos de seus filhos emitidos na sessão é prover atenção com maior magnitude e frequência a outros tipos de relatos que não os queixosos. Essa manipulação dos parâmetros do estímulo reforçador em diferentes alternativas de respostas é definida por Medeiros e Medeiros (2011/2012), como reforçamento diferencial, que guarda similaridades funcionais com os procedimentos de reforçamento diferencial de outros comportamentos (DRO) ou de comportamentos alternativos (DRA), conforme descritos por Ferster et al. (1968/1978) e Catania (1998/1999). Ao contrário de pesquisas clássicas de modificação do comportamento (e.g., Dixon et al., 2001; Liberman et al., 1973; Wincze et al., 1972), o reforçamento diferencial em PCP evita o uso de reforçamento arbitrário como tokens. Para tal, as perguntas do terapeuta levam o terapeutizando a descrever as consequências reforçadoras do seu comportamento no ambiente natural. Rodrigo, por exemplo, poderia fazer perguntas sobre as estratégias, como "O que fazer quando Mel te xingar?", "Como você se sentirá quando conseguir fazer isso?" e "Quais as consequências dessa nova estratégia para a sua relação com ela?". Em contrapartida, quando Lia reclamar de comportamentos considerados a enfraquecer da filha, Rodrigo pode ficar calado, não fazer perguntas, sentar-se mais apoiado no encosto da cadeira, e não balançar a cabeça. Nesse caso, ele pode fazer uma pergunta aberta, quando tiver oportunidade, para fazer Lia falar sobre as estratégias positivas.

Lia parece emitir comportamentos passivos diante das situações interpessoais, sempre cedendo aos pedidos dos outros, com dificuldade em dizer e manter o "não" para os filhos. Nesse sentido, o reforçamento diferencial de relatos contribuirá para que seja observada uma diminuição na frequência do comportamento de Lia reclamar dos filhos e para que ela passe a emitir relatos sobre novas ações que pode colocar em prática (e.g., novas práticas educativas parentais).

Uso de metáforas como forma de intervenção

O diálogo que se segue entre o psicoterapeuta e a terapeutizanda ilustra o uso de metáforas para que Lia emita a autorregra. Nesse exemplo, a metáfora é introduzida por Lia e Rodrigo a utiliza como forma de gerar conclusões importantes:
T.: "Eu não sei mais o que fazer com meus filhos. De verdade! Afonso é outro. Ele me pediu para viajar com os amigos e eu neguei. Daí, ele passou uma semana sem olhar na minha cara. Eu não sabia mais o que fazer para ele voltar a falar comigo. Acho que ele estava com muita raiva de mim. Depois de uma semana, conversei com meu marido e decidimos deixá-lo ir."
P.: "O que te fez mudar de ideia?"
T.: "Ah. Ele tinha passado nas provas de recuperação da escola. Tinha conseguido não reprovar de ano e também eu não estava aguentando mais vê-lo triste daquele jeito e me tratando mal. Quando deixei ele ir, acabei tirando um peso das costas."
P.: "De quantos quilos?"
T.: "Nossa! Muitos. Acho que uns 200. Não gosto de ver as pessoas tristes comigo."
P.: "Como é carregar 200 quilos ao dizer 'não' para alguém, Lia?"
T.: "É péssimo."
P.: "E para se livrar desses 200 quilos, o que você acaba fazendo?"
T.: "Pensando agora, acho que acabo sempre cedendo."

No diálogo, a metáfora de "carregar um peso nas costas" serviu para que, com o questionamento reflexivo, Lia concluísse que sempre cede. Ao fazê-lo, Lia evita que as pessoas demonstrem desagrado ou faz com que parem de demonstrar desagrado em relação a ela. A expressão de desagrado dos outros, portanto, reforça negativamente as suas respostas de fuga e esquiva ao ceder. É importante notar que são feitas perguntas acerca da metáfora para que Lia emita a regra ao invés de o terapeuta emiti-la para ela.

No exemplo abaixo, o psicoterapeuta propõe a metáfora com a meta de que Lia verbalize sobre a importância de manter as suas negativas aos filhos:
P.: "Lia, vamos imaginar um casal de namorados. A namorada sempre pede ao namorado para que ele vá ao cinema com ela para assistirem comédias românticas. O namorado não gosta desse tipo de filme, mas sempre que ele se opõe, ela fica brava e ameaça terminar o namoro. Diante da ameaça, ele acaba cedendo. Nesse caso, como você avalia o valor da palavra do namorado?"

T.: "Ficou sem valor, né? Porque quando ela ameaçou terminar, ele voltou atrás e aceitou ver o filme que ela queria."
P.: "O que a namorada fez para reverter o 'não' nesse caso, Lia?"
T.: "Ah. Ela apelou."
P.: "Como ela apelou?"
T.: "Ameaçando terminar com ele e ficando brava."
P.: "Qual a eficácia de apelar para ela?"
T.: "É alta, né? Muito eficaz. Com medo de ela ficar brava ou terminar o namoro, ele acaba cedendo."
P.: "O que essa dinâmica de relação ensina para a namorada?"
T.: "Que se ela ficar brava e ameaçar terminar o namoro, ela conseguirá convencer o namorado a fazer o que ela quer."
P.: "O que o namorado deveria fazer para mudar essa dinâmica?"
T.: "Ele devia peitá-la. Dizer que não quer ver o filme mesmo que ela ficasse brava ou terminasse."
P.: "Qual a moral dessa história, Lia?"
T.: "Que quando a gente baixa a cabeça, o povo monta."
P.: "Quem tem montado em você?"
T.: "Meus filhos e o Joaquim, né? Como sou trouxa. Eu faço bem isso mesmo. Quando eles ficam chateados ou brigam, sempre volto atrás."

Uso de recursos lúdicos na reflexão sobre práticas parentais

Uma estratégia pode ser passar um vídeo de uma criança fazendo birra e a mãe dando o brinquedo que ela queria. Isso pode servir para Lia refletir sobre o fato de a criança conseguir o que quer ao fazer birra. Jogos, poemas, recortes de fotos de revistas e colagens em folhas de cartolina, entre outros, também são recursos lúdicos que auxiliam os terapeutizandos a nomearem os papéis que ocupam no sistema familiar e quais papéis gostariam de ocupar. Independentemente do recurso lúdico utilizado, ele sempre terá a função de gerar autoconhecimento.

Conclusão

De forma geral, o intuito do presente trabalho foi descrever outra forma de se realizar um processo de treinamento de pais com estratégias bem definidas e condizentes com a literatura da Análise do Comportamento. Além disso, o treinamento de pais em PCP caracteriza-se pela tentativa de diminuir o controle instrucional. O psicoterapeuta exerce o papel de um facilitador para que os pais consigam descrever seus comportamentos, os comportamentos de seus filhos e as variáveis de controle que os determinam. A partir disso, caberá aos pais emitirem novas autorregras que favoreçam práticas parentais mais efetivas, o que poderá contribuir para a qualidade de vida da família como um todo.

Como os pais exercem protagonismo na condução do treinamento de pais e precisam chegar às conclusões por si só, a eficácia do modelo é afetada pelo repertório verbal de entrada. A PCP parece funcionar melhor com terapeutizandos com maior repertório verbal e analítico (Medeiros & Medeiros, 2011/2012).

É importante ressaltar que no exemplo discutido ao longo do texto, o treinamento de pais ocorreu de forma individual. Todavia, ele pode também ocorrer em grupo, em que as demandas e as análises funcionais são vistas e analisadas individualmente, mas que as intervenções são em grupo, com base nas demandas individuais de cada um dos pais.

Por fim, ressalta-se que, a despeito da coerência teórica do modelo apresentado, o treinamento de pais baseado na PCP ainda carece de suporte empírico de sua eficácia. Portanto, novos estudos controlados que submetam o modelo a avaliações empíricas de sua eficácia são necessários.

Referências

Baum, W. M. (2017/2018). *Compreender o behaviorismo: Comportamento, cultura e evolução*. Traduzido por M. T. A. Silva et al. Artmed. (Trabalho original publicado em 2005).

Baumann, A. A. et al. (2015). Cultural adaptation and implementation of evidence-based parent-training: A systematic review and critique of guiding evidence. *Children and Youth Services Review, 53*, 113-120. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.03.025

Biasoli-Alves, Z. M. M. (2005). Orientação de pais: Partilhar conhecimentos sobre desenvolvimento e práticas de educação como estratégia de intervenção. *Texto & Contexto-Enfermagem, 14*, 64-70. https://doi.org/10.1590/S0104-07072005000500008

Boas, A. C. V. & Dessen, M. A. (2019). Transmissão intergeracional da violência física contra a criança: um relato de mães. Psicologia

em estudo, 24, 3-12. https://doi.org/10.4025/psicolestud.v24i0.42647

Bochi, A., Friedrich, D., & Pacheco, J. T. B. (2016). Revisão sistemática de estudos sobre programas de treinamento parental. *Temas em Psicologia, 24*(2), 549-563. https://doi.org/10.9788/TP2016.2-09

Bolsoni-Silva, A. T. (2007). Intervenção em grupo para pais: Descrição de procedimento. *Temas em psicologia, 15*, 217-235. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513751431007

Bolsoni-Silva, A. T., & Fogaça, F. F. S. (2018*). Promove-Pais: Treinamento de habilidades sociais educativas: Guia teórico e prático*. Hogrefe.

Bolsoni-Silva, A. T., Paiva, M. M. D., & Barbosa, C. G. (2009). Problemas de comportamento de crianças/adolescentes e dificuldades de pais/cuidadores: Um estudo de caracterização. *Psicologia Clínica, 21*, 169-184. https://doi.org/10.1590/S0103-56652009000100012

Canaan-Oliveira, S., Neves, M. E. C., Silva, F. M., & Robert, A. M. (2002). *Compreendendo seu filho: Uma análise do comportamento da criança.* Paka-Tatu.

Catania, A. C. (1998/1999). *Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição*. Tradução de D. das G. de Souza et al. Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1998).

Coelho, M. V., & Murta, S. G. (2007). Treinamento de pais em grupo: Um relato de experiência. *Estudos de Psicologia*, *24*, 333-341. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=395335890005

Comer, J. S., Furr, J. M., Miguel, E. M., Cooper-Vince, C. E., Carpenter, A. L. et al. (2017). Remotely delivering real-time parent training to the home: An initial randomized trial of Internet-delivered parent–child interaction therapy (I-PCIT). *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 85*, 909-917. https://doi.org/10.1037/ccp0000230

Demoly, P. A. (2018). *Efeito do efeito do tipo de pergunta: Aberta ou fechada na correspondência verbal em um jogo de cartas* (Dissertação de Mestrado). Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.

Dixon, M. R., Benedict, H., & Larson, T. (2001). Functional analysis and treatment of inappropriate verbal behavior. *Journal of Applied Behavior Analysis, 34*, 361-363. https://doi.org/10.1901/jaba.2001.34-361

Donadone, J. C., & Meyer, S. (2005). Orientação e auto-orientação em atendimentos de terapeutas analítico-comportamentais experientes e pouco experientes. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 7*, 219-229. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v7i2.31

Donadone, J. C., & Meyer, S. (2017). Análise de contingências de orientações em intervenções clínicas comportamentais. *Fragmentos de cultura, 27*, 290-302. https://doi.org/10.18224/frag.v27.n2.2017

Doyle, O., Hegarty, M., & Owens, C. (2018). Population-based system of parenting support to reduce the prevalence of child social, emotional, and behavioural problems: Difference-in-differences study. *Prevention Science, 19*, 772-781. https://doi.org/10.1007/s11121-018-0907-4

Elias, R. C., & Bernardes, L. A. (2020). Contribuições do treinamento de pais na terapia cognitivo-comportamental infantil. *Pretextos, 5*(10), 215-229. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/25776

Eyberg, S. (1988). Parent-Child Interaction Therapy. *Child & Family Behavior Therapy, 10*, 33-46, http://dx.doi.org/10.1300/J019v10n01_04

Falcão, J. C. (2011). *O que faz o terapeuta analítico-comportamental no consultório?* (Monografia), UniCEUB, Brasília.

Fava, D. C., Rosa, M., & Oliva, A. D. (2021). Os estilos de interação entre pais e filhos e a construção da disciplina. In D. C. Fava, M. Rosa, & A. D. Oliva (Eds.). *Orientação para pais: O que é preciso saber para cuidar dos filhos* (pp. 59-90). Artesã.

Ferster, C. B. (1972). An experimental analysis of clinical phenomena. *The Psychological Record, 22*, 1-16. https://doi.org/10.1007/BF03394059

Ferster, C. B., Culbertson, S., & Perrot-Boren, M. C. (1968/1978). *Princípios do comportamento.* Traduzido por M. I. R. e Silva et al. Hucitec. (Trabalho original publicado em 1968).

Forgatch, M. (1994). *Parenting through change: A training manual*. Oregon Social Learning Center.

Gomide, P. I. C. (2014). *Inventário de Estilos Parentais. Modelo teórico: Manual de aplicação, apuração e interpretação*. 3ª. Ed. Vozes.

Gomide, P. I. C. (2017). *Pais presentes, pais ausentes: Regras e limites.* Vozes.

Guisso, L., Bolze, S. D. A., & Viera, M. L. (2019). Práticas parentais positivas e programas de treinamento parental: Uma revisão sistemática da literatura. *Contextos Clínicos, 12*, 226-255. http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2019.121.10

Kehoe, C. E., Havighurst, S. S., & Harley, A. E. (2014). Tuning in to teens: Improving parent

emotion socialization to reduce youth internalizing difficulties. *Social Development, 23*(2), 413-431. https://doi.org/10.1111/sode.12060

Kohlenberg, R. J. & Tsai, M. (1991). *Functional Analytic Psychotherapy: A guide for creating intense and curative therapeutic relationships*. Plenum.

Leite, C., Barbosa, L. & Cantilino, A. (2021). O nascimento do primeiro filho e a saúde mental da mulher e do casal. In D. C. Fava, M. Rosa, & A. D. Oliva (Eds.). *Orientação para pais: O que é preciso saber para cuidar dos filhos* (pp. 17-34). Artesã.

Lettieri, D. (2017). *Efeito do questionamento reflexivo sobre a emissão de autorregras e sobre a correspondência verbal em um jogo de cartas*. (Dissertação de Mestrado), Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF.

Leung, C., Tsang, S., Ng, G. S., & Choi, S. Y. (2016/2017). Efficacy of parent–child interaction therapy with Chinese ADHD children: Randomized controlled trial. *Research on Social Work Practice, 27*, 36-47. https://doi.org/10.1177/1049731516643837

Liberman, R. P., Teigen, J., Patterson, R., & Baker, V. (1973). Reducing delusional speech in chronic, paranoid schizophrenics. *Journal of Applied Behavior Analysis, 6*, 57-64. https://doi.org/10.1901/jaba.1973.6-57

Lima, A., & Cardoso, A. M. P. (2018). Orientação e treinamento de pais: Uma vivência clínica. *Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, 20*, 6-19. https://doi.org/10.30715/rbpe.v20.n1.2018.10872

Lopes, C. E. (2008). Uma proposta de definição de comportamento no Behaviorismo Radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 10*, 1-13. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v10i1.206

Medeiros, C. A. (2002a). Análise funcional do comportamento verbal na clínica comportamental. In A. M. S. Teixeira, A. M. L. S. Machado, N. M. S. Castro, & S. D. Cirino (Eds.), *Ciência do Comportamento: Conhecer e Avançar*, vol. 02 (pp. 176-187). Santo André: ESETec – Editores Associados.

Medeiros, C. A. (2002b). Comportamento verbal na terapia analítico comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 4*, 105-118. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v4i2.110

Medeiros, C. A. (2010). Comportamento governado por regras na clínica comportamental: algumas considerações. Em A. K. C. R. de-Farias (Org.), *Análise Comportamental Clínica: Aspectos teóricos e estudos de caso* (pp. 95-111). Artmed.

Medeiros, C. A. (2012). A relação terapêutica na Psicoterapia Comportamental Pragmática. In E. N., E. Neto, M. Ester e N. Brito (Eds.). Terapia *Analítico Comportamental: Dos pressupostos teóricos às possibilidades de aplicação*. v. 1 (pp. 79-101). ESETEC.

Medeiros, C. A. (2018). Psicoterapia Comportamental Pragmática aplicada a um caso de dor de cabeça crônica. In A. K. C. de Farias, F. N. Fonseca, & L. B. Nery (Eds.). *Terapia e formulação de casos em Análise Comportamental Clínica* (pp. 387-404). ArtMed.

Medeiros, C. A. (2020a). Psicoterapia Comportamental Pragmática: Da mudança no comportamento verbal à mudança do comportamento fora do consultório. In. C. A. A. da Rocha, B. C. dos Santos, & H. M. Pompermaier (Eds.). *Comportamento em Foco: Reflexões sobre teoria e prática do analista do comportamento*, vol. 12 (pp. 111-125). ABPMC.

Medeiros, C. A. (2020b). Questionamento reflexivo: Um modo de intervir sem emitir regras para o cliente. In I. C. de Alencar, D. Lettieri, & D. F. V. Lobo (Eds.). *Análise do Comportamento e suas aplicações: Desafios e possibilidades*, vol. 1 (pp. 106-119). Imagine.

Medeiros, C. A. (2021). Psicoterapia Comportamental Pragmática: Uma aplicação na Análise do Comportamento à clínica. In A. R. Fonseca-Júnior, L. F. Kirchner & C. A. A. Rocha (Eds.). *Comportamento em foco,* vol. 13 (pp. 89-99). ABPMC.

Medeiros, C. A., & Demoly, P. M. (2019). Efeito de perguntas abertas e fechadas na correspondência verbal em um jogo de cartas. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 21*, 398-414. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v21i4.1367

Medeiros, C. A., & Medeiros, N. N. F. A. (2011/2012). Psicoterapia Comportamental Pragmática. In C. V. B. B. Pessoa, C. E. Costa, & M. F. Benvenuti (Eds.). *Comportamento em Foco,* v. 1 (pp. 417-436). ABPMC.

Medeiros, N. N. F. A., & Medeiros, C. A. (2018). Correspondência verbal na Terapia Analítica Comportamental: contribuições da pesquisa básica. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 20*, 40-57. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v20i1.1136

Mesquita, M. L. G. D., Suriano, R., Carreiro, L. R. R., & Teixeira, M. C. T. V. (2016). Treino parental para manejo comportamental de crianças com Síndrome de Prader-Willi: Impacto sobre a saúde mental e práticas educativas do

cuidador. *Revista CEFAC, 18*, 1077-1087. https://doi.org/10.1590/1982-021620161850516

Meyer, S. B., & Donadone, J. (2002). O emprego da orientação por terapeutas comportamentais. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 4*, 79-90. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v4i2.108

Oliveira, J. L. A. P., Fiorini, M. C., Guisso, L., Vieira, M. L., & Crepaldi, M. A. (2021). Grupo de pais: Estagiários de participantes do Programa ACT. *Ciências Psicológicas, 15*, 1-14. https://doi.org/10.22235/cp.v15i1.2392

Parra-Cardona, J. R. (2019). Healing through parenting: An intervention delivery and process of change model developed with low-income Latina/o immigrant families. *Family process, 58*(1), 34-52. https://doi.org/10.1111/famp.12429

Parra-Cardona, R., López-Zerón, G., Gisela, S., Maas, M. K., Villa, M., Zamudio, E., Arredondo, M., Yeh, H., & Domenech Rodriguez, M. M. (2019). A culturally adapted intervention for Mexican-origin parents of adolescents: The need to overtly address culture and discrimination in evidence-based practice. *Family process, 58*(2), 334-352. https://doi.org/10.1111/famp.12381

Pinheiro, M. I. S., Haase, V. G., Del Prette, A., Amarante, C. L. D., & Del Prette, Z. A. P. (2006). Treinamento de habilidades sociais educativas para pais de crianças com problemas de comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 19*, 407-414. https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000300009

Piquero, A. R., Jennings, W. G., Diamond, B. et al. (2016). A meta-analysis update on the effects of early family/parent training programs on antisocial behavior and delinquency. *J. Exp. Criminol., 12*, 229–248. https://doi.org/10.1007/s11292-016-9256-0

Quevedo, R. F., Dambrós, S., & Andretta, I. (2019). Treinamento de pais com crianças com transtorno externalizante: Revisão sistemática de estudos empíricos. *Psico, 50*(4), e28055-e28055. https://doi.org/10.15448/1980-8623.2019.4.28055

Reedtz, C., Klest, S. K., Aalo, N. M., Rasmussen, I. D., & Vitterso, J. (2019). Results from an RCT on brief parent training: Long term effects on parental quality of life. *Frontiers in psychology, 10*, 1-8. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.00260

Sanders, M. R. (1999). Triple P-Positive Parenting Program: Towards an empirically validated multilevel parenting and family support strategy for the prevention of behavior and emotional problems in children. *Clin. Child. Fam. Psychol. Rev., 2*, 71–90. https://doi.org/10.1023/A:1021843613840

Santini, P. M., & Williams, L. C. (2016). Programas parentais para prevenir o castigo corporal: uma revisão sistemática. *Paidéia, 26*, 121-129. https://doi.org/10.1590/1982-43272663201614

Schmidt, B., Staudt, A. C. P., & Wagner, A. (2016). Intervenções para promoção de práticas parentais positivas: Uma revisão integrativa. *Contextos Clínicos, 9*, 2-18. https://doi.org/10.4013/ctc.2016.91.01

Serra-Pinheiro, M. A., Guimarães, M. M., & Serrano, M. E. (2005). A eficácia de treinamento de pais em grupo para pacientes com transtorno desafiador de oposição: Um estudo piloto. *Archives of Clinical Psychiatry, 32*, 68-72. https://doi.org/10.1590/S0101-60832005000200002

Silva, A. D. P. A., & Medeiros, C. A. (2019). Efeitos de Regras e Autorregras nos relatos de mudança comportamental na Terapia Analítica Comportamental. *Perspectivas em Análise do Comportamento, 10*, 157-174. https://doi.org/10.18761/PAC.TAC.2019.013

Silva, A. C., Oro, G. Z., & Bossardi, C. (2021). Aspectos intergeracionais de famílias em situação de violência. *Pensando familias, 25*(2), 239-255. Recuperado em 03 de novembro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2021000200017&lng=pt&tlng=pt.

Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. Macmillan.

Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior.* Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement*. Appleton- Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. Alfred A. Knopf.

Skinner, B. F. (1983). *O mito da liberdade.* Traduzido por E. R. B. Rebelo. Summus Editorial. (Trabalho original publicado em 1971).

Skinner, B. F. (2007). Seleção por consequências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 9*, 129-137. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v9i1.150. (Trabalho original publicado em 1981).

Sousa, A. P. S., Medeiros, C. A., Aragão, M. O. F., Medeiros, F. H., & Azevedo, A. P. (2011/2012). Regras versus autorregras: Que tipos de regras é mais eficaz na modificação do comportamento? In C. V. B. B. Pessoa, C. E. Costa & M. F. Benvenuti. (Eds.) *Comportamento em Foco,* v. 01. (pp. 631-644). ABPMC.

Souza, L. B. A. (2021). *Efeitos do questionamento reflexivo sobre a frequência de respostas de justificativa* (Monografia). Centro Universitário de Brasília, Brasília-DF.

Souza, R. S., Guimarães, S. S., Antunes, R. A. B., & Medeiros, C. A. (2014). Correspondência verbal em um jogo de cartas: Perguntas abertas e fechadas. In N. B. Borges, L. F. G. Aureliano, & J. F. Leonardi (Eds.). *Comportamento em foco,* vol. 4 (pp. 189- 204). ABPMC.

Todorov, J. C. (2012). Sobre uma definição de comportamento. *Perspectivas em Análise do Comportamento, 3*, 32-37. https://doi.org/10.18761/perspectivas.v3i1.79

Tully, L. A., & Hunt, C. (2017). A randomized controlled trial of a brief versus standard group parenting program for toddler aggression. *Aggressive behavior, 43*, 291-303. https://doi.org/10.1002/ab.21689

Vandenberghe, L. (2002). A prática e as implicações da análise funcional. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 4*, 35-45. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v4i1.121

Weber, L. N. D., Salvador, A. P. V. & Brandenburg, O. J. (2019). *Programa de Qualidade na Interação Familiar: manual para facilitadores.* 4a. Ed. Juruá

Webster-Stratton, C. (1994). Advancing videotape parent training: A comparison study. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 62* (3), 583-593. https://doi.org/10.1037/0022-006X.62.3.583

Webster-Stratton, C. (2000). *The incredible years training series*. US Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.

Webster-Stratton, C. (2001). The incredible years: Parents, teachers, and children training series. *Residential treatment for children & youth, 18*(3), 31-45. https://doi.org/10.1300/J007v18n03_04

Wincze, J. P., Leitenberg, H., & Agras, W. S. (1972). The effects of token reinforcement and feedback on the delusional verbal behavior of chronic paranoid schizophrenics. *Journal of Applied Behavior Analysis, 5*, 247-262. https://doi.org/10.1901/jaba.1972.5-247

Wyatt-Kaminski, J., Valle, L.A., Filene, J.H. et al. (2008). A Meta-analytic review of components associated with parent training program effectiveness. *J. Abnorm. Child Psychol., 36*, 567–589. https://doi.org/10.1007/s10802-007-9201-9

Zettle, R. D. (2005). The evolution of a contextual approach to therapy: From comprehensive distancing to ACT. *International Journal of Behavioral Consultation and Therapy, 1*, 77-89. http://dx.doi.org/10.1037/h0100736